

# me **oxe,** respeite! nas escolas

**GUIA** PARA **TUTORES**



## EXPEDIENTE

### GOVERNADOR DO ESTADO

Jerônimo Rodrigues Souza

### VICE GOVERNADOR

Geraldo Alves Ferreira Júnior

### SECRETÁRIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Elisângela dos Santos Araújo

### SUPERINTENDENTE DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Camilla Lima Batista

### SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro

### SUPERINTENDENTE DE POLÍTICA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Rosilene Vila Nova Cavalcante

### REDAÇÃO

Francileide Araújo - SPM/BA

Rilmar Lopes - UFBA

Ana Cláudia Machado - Consultora

### SUPERVISÃO

Michele Dantas - UNFPA

### REVISÃO

Michele Dantas - UNFPA

Anna Cunha - UNFPA

Francileide Araújo - SPM/BA

### DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO

Sintática Comunicação

### FOTOS

Banco de imagens do UNFPA

### APOIO

Fundo de População das Nações Unidas no Brasil (UNFPA)

Núcleo de Estudos sobre a Mulher (NEIM) - Universidade Federal da Bahia (UFBA)

### CONTATOS

 [www.spmba.gov.ba.br](http://www.spmba.gov.ba.br)

 [instagram/spmbahia](https://www.instagram.com/spmbahia)

 [facebook/mulheres.govba](https://www.facebook.com/mulheres.govba)

 [twitter/spmbahia](https://twitter.com/spmbahia)

NOVEMBRO DE 2023

# SUMÁRIO

<b>O PROJETO OXE, ME RESPEITE! NAS ESCOLAS</b> .....	<b>04</b>
O papel dos e das professoras .....	<b>04</b>
Metodologia do Projeto Oxe, Me Respeite! Nas Escolas .....	<b>05</b>
<b>DESIGUALDADE DE GÊNERO: CONHECER PARA COMBATER</b> .....	<b>06</b>
A desigualdade de gênero nas escolas .....	<b>06</b>
A violência baseada em gênero .....	<b>07</b>
<b>DESIGUALDADES E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA TODAS, TODOS E TODES</b> .....	<b>09</b>
Educação para Diversidade .....	<b>10</b>
<b>TRAJETÓRIA DE LUTA PELOS DIREITOS DAS MULHERES</b> .....	<b>10</b>
A desigualdade de gênero e a luta por direitos na sociedade brasileira .....	<b>10</b>
<b>VIOLÊNCIA DE GÊNERO E MASCULINIDADES</b> .....	<b>11</b>
As consequências de uma violência que também afeta os homens .....	<b>11</b>
<b>DIREITOS E SAÚDE SEXUAL REPRODUTIVA DE ADOLESCENTES</b> .....	<b>13</b>
Direito à saúde, à igualdade, à autonomia e ao princípio da integridade corporal .....	<b>13</b>
A importância da educação em sexualidade .....	<b>15</b>
<b>REDE DE PROTEÇÃO E ENFRENTAMENTO</b> .....	<b>16</b>
As Redes de Proteção e Enfrentamento à violência .....	<b>16</b>
<b>A ESCOLA COMO REDE DE PROTEÇÃO</b> .....	<b>18</b>
A escola e o fortalecimento da Rede de Proteção Social .....	<b>18</b>
<b>PARA SABER MAIS</b> .....	<b>19</b>

# me respeite! nas escolas

*“Queremos incentivar os estudantes a desenvolverem um pensamento crítico e reflexivo sobre as desigualdades de gênero presentes em nossa sociedade, bem como as diversas formas de violência que afetam as mulheres. Acreditamos que a educação desempenha um papel fundamental na transformação dessas realidades e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.”*  
(Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres)

O projeto "Oxe, Me Respeite! Nas Escolas" é fruto da parceria da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres da Bahia (SPM) com a Secretaria Estadual da Educação da Bahia (SEC) e conta com apoio do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade, vinculado ao Núcleo de Estudos sobre a Mulher (NEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). Essa iniciativa tem como objetivo promover práticas educativas que ampliem o pensamento crítico das e dos jovens em relação às normas sociais geradoras das desigualdades de gênero e das diversas formas de violência que delas decorrem.

A iniciativa busca também construir coletivamente sistemas educacionais e culturais mais equânimes, justos e humanizados, e para isso é importante o engajamento de toda comunidade escolar, incluindo as famílias. A mudança não pode ocorrer apenas dentro das salas de aula, mas precisa ser disseminada em todos os espaços em que as adolescentes e jovens estão inseridos. Por isso, o projeto promove ações e atividades que estimulem a participação ativa das e dos jovens, mas também dos familiares, responsáveis, professores e demais membros da comunidade, fortalecendo os vínculos e o diálogo entre todos os envolvidos.

Ao contribuir para a prevenção da violência prevista na Lei Maria da Penha, as ações do projeto estão em consonância com os princípios de igualdade, respeito e justiça. O projeto "Oxe, Me Respeite! Nas Escolas" busca conscientizar a sociedade sobre a importância de combater todas as formas de violência baseada no gênero, seja física, psicológica, sexual ou patrimonial. Dessa forma, pretende-se construir uma cultura de respeito e valorização da diversidade, na qual todas as pessoas, independentemente do gênero, possam viver com segurança e dignidade.

## O papel dos e das professoras

O tema da violência tem entrado no ambiente escolar de várias maneiras. Atos de agressão e intimidação entre estudantes sempre fizeram parte da rotina escolar e só ganharam atenção para o enfrentamento nas últimas décadas. Agressões entre estudantes e professores também são alvo de preocupações entre especialistas, principalmente quando chegam em casos extremos, aparecendo na imprensa e nas mídias sociais. Sem contar com a violência que "pula os muros de fora para dentro", esse fenômeno dos massacres que já vitimizou crianças, adolescentes e professores em algumas cidades brasileiras.

**Mas, e a violência baseada no gênero?** Como instituição representativa das relações entre homens e mulheres na sociedade, a escola também reflete a desigualdade de gênero, que tem a violência como uma das consequências danosas, principalmente para meninas e adolescentes em formação.

Em todos os casos em que a violência acontece, geralmente não houve diálogo antes, durante e depois. Permitir e criar espaços de diálogo na escola que problematizam as pequenas agressões cotidianas pode tornar possível um ambiente harmônico para o aprendizado e saudável para quem nele convive. Esse é o papel principal dos e das professoras.

Para ressignificar uma situação de violência é preciso um espaço seguro, escuta ativa e informações claras e de qualidade para o repensar. Os e as professoras têm ferramentas para viabilizar que isso aconteça, independentemente de sua área de atuação. A estrutura e o funcionamento escolar, dividido em disciplinas e seus conteúdos, podem não favorecer as iniciativas para atender as demandas emergentes do cotidiano dos estudantes. No entanto, são esses



momentos que podem criar vínculos positivos e, ao final, favorecer os momentos de aprendizado para atender os objetivos pedagógicos colocados a cada ano escolar. **Vamos pensar sobre isso?**

Fique atenta(o) à agenda de atividades do Projeto Oxe, Me Respeite! Nas Escolas. Inclua os temas e atividades abordados em sala de aula, engajando os e as estudantes.

### Metodologia do Projeto Oxe, Me Respeite! Nas Escolas

Metodologicamente, o Projeto “Oxe, Me Respeite! Nas Escolas” estará sob a coordenação de uma equipe pedagógica constituída por profissionais de diversas áreas do conhecimento. A arte estará no centro dos procedimentos metodológicos, pois acreditamos que a arte e a criatividade artística podem ser libertadoras por facilitar a expressão de sentimentos, objetivação de ideias, o grito do “não dito”.

As ações em artes terão como principais fundamentos teóricos/metodológicos: “Teatro do Oprimido” (Boal, 2004), “Improvisações Teatrais” (Spolin, 1982) e “Proposta Triangular” (Barbosa, 1991).

O **Teatro do Oprimido (Boal, 2004)** tem uma maneira própria de ser realizado. A cena é criada a partir de uma situação real vivida, e esta situação deve revelar uma relação de opressão. Boal (2004) defende que se faça Teatro do Oprimido com e para a classe oprimida, num exercício de criação, superação e reflexão da realidade, como forma de contribuir com a emancipação humana. Sua função não é buscar solução para os problemas reais, a intenção é buscar a solução para o problema teatral posto em cena como forma de exercitar a capacidade criadora de maneira contextualizada e de provocar um debate de situações reais mediadas pelo teatro. Dessa maneira, temos uma prática teatral comprometida em denunciar e problematizar a realidade da classe oprimida.

A **Improvisação Teatral**, proposta por **Spolin (1991)**, é uma abordagem metodológica que tem como base a preservação, a valorização da espontaneidade no

processo criativo, pois se reprimimos a espontaneidade também estaremos reprimindo a criatividade. A autora destaca vários aspectos aos quais a professora de teatro deve ficar atenta para alimentar a espontaneidade, entre eles destaca-se o jogo. Spolin (1991), a partir de suas experimentações com jogos populares, criou um dossiê de jogos teatrais específicos para trabalhar os elementos do teatro, técnicas teatrais, integração, improvisação, entre outros aspectos do teatro. Os jogos teatrais, como todos os jogos, são sociais, e normalmente têm como objetivo buscar soluções para os desafios postos. Através do jogo teatral é possível desenvolver a expressão de grupo e a espontaneidade.

A **Proposta Triangular (Barbos, 1991)** está estruturada a partir de três vértices: Contextualizar, Ler e Fazer a obra de arte. A autora destaca que essas três ações pedagógicas devem ser trabalhadas de maneira articulada e sem hierarquia. A contextualização da arte tem sentido abrangente, deve estar para além da história do artista e da história da arte, deve situar a obra historicamente e identificar seus fatos, suas correntes, de maneira dinâmica, articulada com a realidade e a atualidade do sujeito que aprecia. Ler ou apreciar possibilita uma aproximação com a obra, num exercício subjetivo e objetivo, envolve o questionamento, a busca, a descoberta e o despertar da capacidade crítica do e da apreciadora. A interpretação da obra envolve as articulações sujeito/obra/contexto. O fazer artístico é ação do domínio da prática artística, se dá num exercício de reflexão sobre o “fazer”, procurando identificar possibilidades e limites da expressão artística, assim como do uso de diferentes materiais e técnicas de se produzir a obra de arte. Para essa ação é proposto como exercício prático a releitura de obras de arte – de qualquer expressão artística ou da própria vida social e natural, como forma de evitar o exercício da “cópia pela cópia”, que é produzida mecanicamente e por isso desprovida de expressividade.

As ações metodológicas do projeto “Oxe, Me Respeite! Nas Escolas” estarão baseadas nas abordagens aqui apresentadas. Acreditamos que podemos trabalhar o tema da opressão da mulher na sociedade em articulação com a área de conhecimento arte, através de experiências pedagógicas com a leitura da obra de arte, contextualização da obra de arte e produção da obra de arte. Assim, a arte será, também, canal de reflexão, expressão, comunicação e libertação.

# DESIGUALDADE DE GÊNERO: CONHECER PARA COMBATER

## A desigualdade de gênero nas escolas

A desigualdade de gênero na educação básica é um problema que afeta milhões de meninas e mulheres em todo o mundo. Dados revelam que, globalmente, existem disparidades significativas entre meninos e meninas no acesso à educação e nos resultados educacionais.

### De que forma acontece a desigualdade de gênero?

Uma das formas mais evidentes de desigualdade de gênero na educação básica é a disparidade no acesso à escola. Em muitos países, as meninas enfrentam barreiras como estereótipos de gênero, casamentos precoces, gravidez na adolescência e falta de recursos financeiros, o que limita seu acesso à educação. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), no mundo, cerca de 130 milhões de meninas em idade escolar não frequentam a escola.

Além disso, mesmo quando as meninas conseguem acessar a educação, elas muitas vezes enfrentam desafios adicionais durante sua trajetória educacional. Isso inclui discriminação de gênero dentro da sala de aula, falta de representatividade feminina nos materiais didáticos e estereótipos que limitam suas aspirações acadêmicas e profissionais.

### Quais são as consequências dessa desigualdade?

Essas desigualdades têm consequências negativas para o desenvolvimento das meninas e para a sociedade como um todo. A educação é um direito humano fundamental e um poderoso impulsionador do desenvolvimento individual e coletivo. Quando as meninas são privadas desse direito, elas têm menos oportunidades de adquirir habilidades, conhecimentos e recursos necessários para se tornarem cidadãs ativas e alcançarem seu pleno potencial.

A desigualdade de gênero na educação básica também tem implicações socioeconômicas. Estudos mostram que investir na educação das meninas tem

um impacto positivo em várias áreas, como a redução da pobreza, a melhoria da saúde materna e infantil, o aumento da participação política e o crescimento econômico. Quando as meninas têm acesso a uma educação de qualidade, elas têm mais chances de romper o ciclo intergeracional da pobreza e desigualdade e contribuir para o progresso de suas famílias, comunidades e países.

### Então, como combater a desigualdade de gênero?

É essencial combater a desigualdade de gênero na educação básica. Isso requer a implementação de políticas e programas que garantam o acesso equitativo à educação para meninas, bem como a promoção de um ambiente escolar inclusivo, livre de estereótipos de gênero e não discriminatório. Investir na educação das meninas é investir no desenvolvimento sustentável e na construção de um futuro mais igualitário e justo para todas as pessoas.



### É importante saber: conceito de gênero

#### Por que utilizar o conceito de “gênero”? Por que não utilizar simplesmente sexo feminino e sexo masculino?

Porque os papéis e responsabilidades atribuídos a mulheres e homens são influenciados pela sociedade e cultura nas quais estão inseridos. Assim, o conceito de gênero permite que as relações entre homens e mulheres possam ser discutidas, analisadas e mudadas ao longo do tempo, nas mais diferentes sociedades, pois não são relações naturais, não são determinadas pela biologia.

### A violência baseada em gênero

Mulheres ainda enfrentam desafios significativos, como a diferença salarial entre gêneros, a violência doméstica e a sub-representação nos espaços de poder. Uma educação que promova a igualdade de gênero desde cedo, desconstruindo estereótipos e ensinando o respeito mútuo, é essencial para mudar essa realidade. Importante destacar que a violência de gênero não é apenas violência contra mulheres e meninas. Engloba também a violência contra pessoas afeminadas, gays e lésbicas, trans e tantos outros perfis que não se enquadram no estereótipo de masculinidade cis-hetero-normativo presente na sociedade atual.

Alcançar a igualdade entre os gêneros é um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS na

Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), da qual o Brasil é signatário, ou seja, assumiu o compromisso de alcançar a meta de promover a igualdade entre homens e mulheres. Contudo, a violência baseada no gênero é ainda uma das violações de direitos humanos mais presentes no Brasil e no mundo.

#### O que dizem os dados nas escolas?

No contexto escolar, a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE) 2019, que entrevistou cerca de 188 mil estudantes, preferencialmente entre 13 e 17 anos, de 4.361 escolas, em 1.288 municípios brasileiros, identificou que a **violência sexual atingiu uma em cada cinco meninas de 13 a 17 anos.**

### Para reconhecer a violência baseada em gênero

Segundo as Nações Unidas, a violência baseada em gênero é qualquer ação que impacta de maneira negativa na identidade e/ou bem-estar social, físico ou psicológico de uma pessoa ou do grupo de pessoas em que o gênero é fator desencadeante.

**Violência física:** Refere-se a qualquer ação que cause dano ou lesão ao corpo da mulher, como socos, chutes, tapas, empurrões, estrangulamentos, entre outros. Essa forma de violência pode resultar em ferimentos graves ou até mesmo na morte da vítima.

**Violência psicológica:** Envolve comportamentos que afetam negativamente a saúde mental e emocional da mulher. Isso pode incluir ameaças, humilhações, intimidações, controle excessivo, chantagem emocional, isolamento social, difamação, entre outros. A violência psicológica visa minar a autoestima, a confiança e o bem-estar geral da mulher.

**Violência sexual:** Refere-se a qualquer conduta que force a mulher a ter relações sexuais não consensuais, incluindo estupro, coerção sexual, abuso sexual, exploração sexual, entre outros. Também abrange o assédio sexual, que ocorre quando há investidas indesejadas, cantadas ofensivas, gestos obscenos ou qualquer forma de constrangimento sexual. Ou seja, a violência sexual pode acontecer com ou sem contato físico.

**Violência moral:** Refere-se a atitudes que difamam, caluniam ou injuriam a mulher, com o objetivo de causar dano à sua reputação e dignidade. Isso pode incluir xingamentos, divulgação de informações privadas, disseminação de boatos, ridicularização, entre outros.



**Violência patrimonial:** Consiste no controle abusivo dos recursos financeiros e patrimoniais da mulher, incluindo a destruição de bens pessoais, a negação de acesso a recursos financeiros, a restrição de liberdade econômica e a retenção de documentos importantes.

**Violência institucional:** É definida como a violência praticada por órgãos e agentes públicos que deveriam responder pelo cuidado, proteção e defesa das vítimas de violência. Uma das expressões dessa violência ocorre quando um agente público submete a vítima de algum crime, ou testemunha de crimes violentos, a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos que possam fazê-la reviver as situações de violência ou geradoras de sofrimento.

**Violência simbólica:** Refere-se a uma forma de violência “invisível”, percebida em comportamentos, pensamentos e modelos das instituições sociais em que se perpetuam e se impõem determinados valores culturais. São exemplos de violência simbólica as expressões: “*toda mulher dirige mal*”; “*cozinha bem, já pode casar*”; “*foi estuprada porque estava de roupa curta*”; “*vai ficar para tia*”.

**Violência virtual:** Ocorre quando se utilizam os ambientes virtuais para importunar, intimidar, perseguir, ofender ou chantagear alguém ou determinado conjunto de pessoas, tais como: a **pornografia de vingança**, que consiste na divulgação, por meio de sites e redes sociais, de vídeos ou fotos com cenas íntimas, relação sexual ou nudez sem o consentimento da mulher; e a **perseguição on-line (stalking)**, quando o agressor persegue virtualmente de forma incansável, invadindo a privacidade da pessoa, com envio de mensagens indesejadas, exposição de fatos e boatos nas redes sociais.

#### Importante saber!

Desde 2015, a **Lei n.º 13.104/2015** torna o feminicídio (crime praticado contra a mulher por razões da condição de ser mulher) um homicídio qualificado e o coloca como crime hediondo, com penas mais altas que podem chegar a 30 anos de prisão. É importante que esses crimes sejam enquadrados nessa lei, para que esse tipo de violência continue sendo combatido.

Em 2018, entrou em vigor a **Lei de Importunação Sexual (Lei n.º 13.718/2018)**, que é a prática de ato libidinoso contra alguém sem seu consentimento, como toques inapropriados, beijos forçados ou exposição dos órgãos sexuais.

A **Lei n.º 12.650/2012 (Lei Joana Maranhão)** estabelece que o prazo de prescrição de abuso sexual de crianças e adolescentes seja contado a partir da data em que a vítima completa 18 anos.





# DESIGUALDADES E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA TODAS, TODOS E TODES

Na escola, é fundamental que todos, todes e todas sejam respeitadas em sua identidade de gênero e sexualidade. Muitas vezes as pessoas LGBTQIAPN+ enfrentam preconceito e discriminação nesse ambiente, e isso pode causar a evasão escolar. Nesse sentido, é importante destacar que a garantia do respeito à identidade de gênero, raça e orientação sexual é um direito assegurado por lei.

**O que dizem os dados?** No Brasil, dados preocupantes revelam a realidade enfrentada por estudantes LGBTQIAPN+ nas escolas. Segundo a pesquisa "A Escola Que Queremos", realizada em 2019 pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), cerca de 73% dos estudantes LGBTQIAPN+ já foram vítimas de violência nas escolas no país. Esse tipo de violência pode ter graves consequências para o bem-estar emocional e o desempenho acadêmico desses estudantes.

A Bahia é um estado brasileiro conhecido mundialmente por sua diversidade cultural. Dentro desse contexto, é importante ressaltar que o respeito à identidade de gênero e sexualidade tem sido pauta de discussões e avanços no estado.

A Resolução CEE/BA n.º 120/2013, do Conselho Estadual de Educação, publicada pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia, estabeleceu medidas de combate à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero nas escolas baianas. Essa resolução reconhece a importância de promover um ambiente escolar seguro e inclusivo para todas e todos os estudantes, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. **Então, o que se deve fazer?**

Além das leis, é importante que as escolas adotem políticas de combate à discriminação e promovam a conscientização sobre diversidade e respeito. Isso pode abranger a inclusão de temas relacionados à identidade de gênero e sexualidade nos currículos escolares, a promoção de palestras e debates sobre o assunto, bem como a formação de profes-

sores e funcionários para lidar de forma adequada e acolhedora com as questões relacionadas à diversidade.

Ao criar um ambiente escolar inclusivo, no qual todas as pessoas se sintam respeitadas e seguras, estamos construindo uma sociedade com equidade e justiça social. É fundamental que as escolas sejam espaços de acolhimento, onde a diversidade seja valorizada e celebrada. Todas as pessoas têm o direito de serem quem são, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, raça ou etnia, e cabe à escola promover esse respeito e garantir o pleno exercício desse direito.

Portanto, é necessário que toda comunidade escolar, incluindo diretoras, professoras, funcionárias e estudantes, se engaje ativamente na promoção do respeito à identidade de gênero, raça e sexualidade. Juntos, juntas e juntos podemos construir um ambiente escolar mais inclusivo, no qual todos possam se desenvolver e aprender, livres de violências, preconceitos e discriminação.

## É importante saber: identidade de gênero e orientação sexual

Fazem parte da vida de todas as pessoas, contudo não são sinônimos e não estão condicionadas. A identidade de gênero diz respeito ao gênero com o qual uma pessoa se identifica e independe das características biológicas, do sexo feminino ou masculino, com o qual nasceram. A orientação sexual faz parte do universo da sexualidade, mas não é a sexualidade em si. A orientação sexual de uma pessoa diz respeito a quem essa pessoa dirige seu afeto e atração sexual.

### Educação para Diversidade

Para construção de uma nova sociedade, precisamos entender o papel que a educação desempenha nesse processo. Ela tem o poder de combater o machismo e racismo presentes nas estruturas sociais e promover a conscientização sobre a diversidade, a igualdade e o respeito pelas diferenças. A educação instiga o pensamento crítico, contribui na desconstrução de estereótipos e promove o respeito à diversidade de pessoas.



## TRAJETÓRIA DE LUTA PELOS DIREITOS DAS MULHERES

### A desigualdade de gênero e a luta por direitos na sociedade brasileira

Quando falamos das conquistas das mulheres ao longo da história, logo pensamos nas leis que garantem às mulheres espaços de equidade em relação aos homens, e muitas pessoas acreditam que a criação delas foi motivada por um senso de justiça

e/ou de responsabilidade histórica dos nossos legisladores, só que não! Todas essas conquistas são resultado de muita luta e inúmeras ações articuladas das mulheres feministas ao longo dos anos.





# VIOLÊNCIA DE GÊNERO E MASCULINIDADES

## As consequências de uma violência que também afeta os homens

*“A violência dos homens com relação às mulheres pode ser reflexo da violência que os homens exercem sobre eles mesmos.” (Carl Jung)*

O machismo é um conjunto de ideias e atitudes que prejudicam não apenas as mulheres, mas também os homens. É importante entender que o machismo não é apenas uma questão para as mulheres, mas sim um problema que afeta toda a sociedade. **Mas, como o machismo afeta os homens?**

Uma das maneiras pelas quais o machismo prejudica os meninos e homens é através das expectativas irreais sobre eles. Devido a essas expectativas, eles são frequentemente pressionados a serem fortes, dominantes e emocionalmente reprimidos. Frases como “isso não é coisa de homem” ou “homem não chora” são recorrentes durante a criação dos meninos. Isso se torna extremamente prejudicial quando eles precisam expressar seus sentimentos e buscar apoio emocional, pois os homens são ensinados desde cedo a não demonstrarem fraquezas ou vulnerabilidades.

Essa pressão para se encaixar em estereótipos de masculinidade pode ser extremamente prejudicial para a saúde mental dos homens. Eles podem sentir-se encurralados e constrangidos para buscar ajuda quando estão passando por dificuldades emocionais, o que pode levar ao isolamento e ao aumento do risco de doenças mentais, como depressão e ansiedade.

O Ministério da Saúde publicou com preocupação o aumento da taxa de suicídio entre jovens, especialmente menores de 14 anos. De acordo com o Boletim publicado em 2021, houve um aumento de 81% de casos de suicídio de jovens menores de 24 anos do Brasil.

**O que é masculinidade tóxica?** A masculinidade tóxica, que é uma forma extremada de machismo, também prejudica as mulheres, enfatizando a agressividade, a dominação e a objetificação delas. Contribui para o fortalecimento da cultura do estupro, que enxerga e trata mulheres como objetos sexuais,

silenciando e confiscando sua autonomia, desejos e direitos políticos e sociais.

A masculinidade tóxica promove a ideia de que os homens têm o direito de controlar e dominar as mulheres, o que leva a relacionamentos abusivos e comportamentos violentos. Essa objetificação das mulheres perpetua a desigualdade de gênero e contribui para a violência contra as mulheres dentro e fora de casa.

### Masculinidades positivas

Existem formas positivas de masculinidade que valorizam o respeito, a igualdade e o cuidado mútuo. Masculinidades saudáveis e responsáveis com seus corpos e com o corpo das outras pessoas, praticando a autonomia e validando a autonomia do outro. A educação tem papel fundamental nesse processo de transformação. É necessário promover a igualdade de gênero, reconhecendo a importância de todas as pessoas e trabalhar para construir relações saudáveis, baseadas no respeito e na igualdade.

**Quem deve promover a igualdade de gênero?** É importante o engajamento dos homens na luta contra a violência de gênero, promovendo gradativamente uma sociedade mais justa e igualitária. Quando os homens se envolvem ativamente nessa luta, eles desempenham um papel fundamental na desconstrução de comportamentos machistas e na promoção de relações igualitárias entre homens e mulheres.

Muitas vezes é mais fácil para outros homens ouvirem e aprenderem com eles. Eles podem desafiar as normas e os estereótipos de gênero que perpetuam a desigualdade e a violência. Podem, também, usar sua influência para conscientizar outros homens e encorajá-los a refletir sobre suas atitudes e comportamentos em relação às mulheres e/ou com pessoas com atitudes socialmente consideradas femininas (como com pessoas que demonstram fragilidades, etc.).



Como promover a igualdade de gênero? A desconstrução de comportamentos machistas é essencial. Isso significa questionar as ideias e crenças que sustentam a discriminação e a violência de gênero. Os homens podem começar por reconhecer e confrontar suas próprias atitudes machistas, como piadas ofensivas, comentários desrespeitosos ou comportamentos agressivos. Ao fazer isso, eles contribuem para a criação de um ambiente mais seguro e respeitoso para todas as pessoas.

Promover relações igualitárias é outro aspecto crucial. Isso implica em compartilhar responsabilidades domésticas e cuidados familiares de forma equitativa, respeitar a autonomia e as decisões das mulheres, e apoiar a igualdade de oportunidades em todos os aspectos da vida. Quando os homens se esforçam para construir relacionamentos baseados na igualdade, eles contribuem para uma sociedade mais justa e empoderam as mulheres a exercerem seus direitos e alcançarem seu potencial pleno.

A exemplo disso, existem movimentos, como o Movimento do Laço Branco, que busca o engajamento dos homens na luta contra a violência de gênero. Representado pelo uso de um laço branco, esse movimento promove a conscientização sobre a importância do papel dos homens na erradicação da violência de gênero e os ajuda a refletirem sobre seu próprio comportamento, a desconstruírem atitudes machistas e a se tornarem aliados na promoção de uma sociedade livre de violência contra as mulheres.

*"O machismo estrutural é o vírus dessa história. Os homens, os hospedeiros. Nós, a sociedade, somos os profissionais de saúde que têm de tornar o tratamento disponível. Podemos - e devemos - nos valer de medicamentos fortes como protestos, leis e punições. Mas também trabalhar a prevenção, construindo uma educação que impeça que os meninos sejam seduzidos pelo torpor dessa febre." Nana Queiroz, 2020*





# DIREITOS E SAÚDE SEXUAL REPRODUTIVA DE ADOLESCENTES

**Direito à saúde, à igualdade, à autonomia e ao princípio da integridade corporal**

Diferente do que algumas pessoas acreditam, a "sexualidade" não se restringe às relações sexuais ou aos órgãos genitais. **E o que é sexualidade?**

É algo muito mais amplo e dinâmico, que inicia quando a gente nasce, se manifesta de diferentes formas ao longo de nossa vida, e termina quando a gente morre. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define sexualidade como "um aspecto central do ser humano durante toda a sua vida, abrange o sexo, as identidades e os papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução... A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais". E por ser parte intrínseca do desenvolvimento humano, a sexualidade precisa estar integrada às iniciativas e intervenções em saúde sexual e reprodutiva.



**Saúde sexual:** um estado de bem-estar físico, emocional, mental e social em relação à sexualidade, que vai além da ausência de doença, disfunção ou enfermidade. A saúde sexual requer uma avaliação positiva e uma abordagem respeitosa e de cuidado de si e do outro sobre a sexualidade e as relações sexuais, o que inclui a possibilidade de ter relações prazerosas e experiências seguras, livres de coerção, discriminação e violência.

**Saúde reprodutiva:** um estado de completo bem-estar físico, emocional, social e mental e não apenas a ausência de doenças ou enfermidades, em todos os assuntos relacionados ao sistema reprodutivo e às suas funções e processos. Saúde sexual e reprodutiva diz respeito ao direito de fazer escolhas voluntárias, informadas e responsáveis sobre corpo, sexualidade e reprodução, incluindo o cuidado um do outro, sem violência e opressão, de forma responsável.

É o direito de receber acesso a insumos e a informação adequada e de qualidade para prevenção de gravidez não-intencional e de infecções sexualmente transmissíveis (IST). Inclui, também, o direito ao atendimento em saúde com privacidade e confidencialidade, inclusive para os jovens.

Nesse sentido, a saúde sexual e reprodutiva deve ser reconhecida como um direito humano fundamental. Adolescentes e jovens como sujeitos de direitos devem ter atenção especial nas ações de promoção à saúde, destacando aqui a saúde sexual e a saúde reprodutiva. O modo como se relacionam, o contexto social no qual estão inseridos, tabus e preconceitos que os rodeiam e as desigualdades que vivenciam incidem diretamente em suas histórias de vida. Vulnerabilizados/as enfrentam, muitas vezes sozinhos/as, situações de violência, gravidez não intencional e infecções sexualmente transmissíveis (IST). Situações que comprometem seu desenvolvimento e sua autonomia.

### Como a gravidez não intencional na adolescência afeta a vida dos e das adolescentes?

Sabemos que a gravidez não intencional na adolescência pode afetar a vida dos e das adolescentes, com prejuízos significativos e mais diretos para as meninas, como a evasão escolar, a discriminação social e familiar, podendo inclusive acarretar situações de violência. Contudo, para o trabalho de promoção à saúde e prevenção à gravidez não intencional na adolescência é mais importante e eficaz possibilitar que os e as adolescentes reflitam sobre como essa situação pode afetar a vida deles/as.



**Pergunte aos/às adolescentes: de acordo com seus planos para a juventude e a vida adulta, como uma gravidez não intencional pode afetar a vida de vocês?** É importante que essa reflexão parta dos e das adolescentes. Cabe ao/à educador/a ou facilitador/a registrar no quadro as devolutivas do grupo para que sejam visualizadas pelos presentes, sem emissão de juízo de valor moral. É importante também que essa reflexão faça parte de uma ação educativa que inclua informações objetivas,

precisas e de qualidade sobre formas de adiar a gravidez para outro momento da vida.

Vale lembrar que relações sexuais que resultam em gravidez ou infecções sexualmente transmissíveis como sífilis e HIV/Aids podem decorrer de violência sexual. Por isso, é fundamental que os/as adolescentes e jovens saibam onde pedir ajuda e quem poderá apoiá-los/las caso uma situação de violência ocorra.

### Quando uma gravidez acontece, o que fazer?

A gravidez não intencional na adolescência acarreta muitas mudanças na vida das/dos adolescentes, mas ela não é o fim de tudo. Também não pode servir como justificativa para violações de outros direitos, como o de acesso à escola e ao acompanhamento da Rede de Cuidado e Proteção Social. Nesse sentido, o apoio da escola, dos colegas, da família e dos profissionais dos serviços de saúde e assistência social é imprescindível.

A legislação brasileira garante que toda gestante tem direito a realizar exames de acompanhamento pré-natal, ter acesso às vacinas, saber e ter assegurado o acesso à maternidade onde será atendida no momento do parto, a passar com segurança pelo parto, a amamentar o seu filho. A pessoa tem direito a um acompanhante de livre escolha. A Lei n.º 11.108, de 2005, garante que a parturiente tem o direito de indicar um acompanhante durante todo o período de trabalho de parto e pós-parto imediato. É importante conversar sobre isso com o profissional de saúde durante o pré-natal e incluir esse direito no “Plano de Parto”. É seu direito não ficar sozinha!

Todo recém-nascido tem direito à assistência neonatal de forma humanizada e segura. Toda mulher tem direito ao atendimento no puerpério e pós-parto com dignidade e em unidade de saúde. O conhecimento das gestantes em relação a esses direitos é fundamental para que eles sejam respeitados e assegurados.



## A importância da educação em sexualidade

É preciso transformar as práticas dos profissionais que trabalham diretamente com adolescentes dentro de uma visão promocional de saúde.

Em suas Orientações Técnicas Internacionais de Educação em Sexualidade, publicadas em 2019, a UNESCO define a Educação Integral em Sexualidade (EIS) – uma abordagem baseada em evidências – como:

Um processo curricular de ensino e aprendizagem sobre os aspectos cognitivos, emocionais, físicos e sociais da sexualidade. O objetivo é dotar as crianças e os/as jovens de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que os/as capacitem a:

- ✓ Desfrutar sua saúde, bem-estar e dignidade.
- ✓ Desenvolver relações sociais e sexuais respeitadas.
- ✓ Considerar como suas decisões podem afetar seu próprio bem-estar e o de outros.
- ✓ Entender e garantir a proteção de seus direitos ao longo da vida.

Nesse sentido, a EIS não é responsabilidade de nenhum professor em particular, dentro de uma disciplina específica, mas um conjunto de esforços no qual todos os/as educadores/as se envolvam, apoiem uns aos outros, envolvendo, sensibilizando e capacitando outros profissionais da escola (porteiros, merendeiras, administrativo, apoio etc.), a fim de construir um ambiente acolhedor, afetivo e de proteção para os/as adolescentes, contribuindo para seu desenvolvimento saudável e integral, e seu completo bem-estar físico, social, moral e psicológico.

Uma das principais contribuições da educação em sexualidade, sem dúvida, é a construção de uma cultura de prevenção e promoção à saúde.

## É importante saber: Informações e acesso a insumos

A escolha de um método para evitar a gravidez é individual e intransferível. Cabe à mulher, ou ao casal, junto com um/uma profissional de saúde capacitado, a escolha do método contraceptivo mais indicado para sua condição física, hábitos e estilo de vida.

O Sistema Único de Saúde (SUS) disponibiliza vários métodos contraceptivos. É importante destacar que apenas os preservativos internos (popularmente conhecidos como preservativo feminino) e externos (popularmente conhecidos como camisinha ou preservativo masculino) são capazes de fazer a dupla proteção, ou seja, de prevenir a gravidez e as infecções sexualmente transmissíveis.

Vale lembrar que entre os insumos de saúde sexual e reprodutiva estão os absorventes higiênicos. Desde março de 2023, a Lei Federal n.º 14.214, de 6 de outubro de 2021, passou a ser regulamentada pelo Decreto n.º 11.432, que visa assegurar a oferta gratuita de absorventes higiênicos e outros cuidados básicos de saúde menstrual. Essa foi a primeira lei a tratar da Dignidade Menstrual e instituir um Programa de Proteção e Promoção à Saúde Menstrual em todo o território nacional.

Assim, as escolas também têm um papel fundamental para garantia da Dignidade Menstrual para meninas, mulheres e pessoas que menstruam, ao assegurar infraestrutura adequada para que as pessoas que menstruam possam cuidar de seus corpos durante a menstruação com higiene, conforto, privacidade e segurança. Isso inclui acesso amplo a banheiros com água para lavar o corpo e as mãos, trocar os materiais menstruais e limpar e/ou descartar os materiais utilizados. Inclui ainda educação menstrual de qualidade para desconstrução de mitos, estigmas e tabus com relação à menstruação, informações precisas e apropriadas à idade e ao contexto cultural sobre o ciclo e a saúde menstrual, e as mudanças ocorridas ao longo da vida, bem como a práticas de autocuidado menstrual.

# REDE DE PROTEÇÃO E ENFRENTAMENTO

## As Redes de Proteção e Enfrentamento à violência

**E o que fazer quando a violência acontece?** Como profissionais que fazem parte da Rede de Proteção Social, professores, coordenadores e gestores escolares precisam estar preparados/as para enfrentar situações de violência de gênero e os desafios decorrentes dessas situações. Em muitos casos, a violência não ocorre dentro da escola, mas é no espaço escolar que muitas vítimas, crianças, adolescentes e jovens se sentem seguras para procurar ajuda e sair de uma situação de vulnerabilidade extrema. Conhecer a Rede de Proteção Social da qual sua escola faz parte é muito importante para o preparo e a realização de ações imediatas e eficazes em casos de violência de gênero que chegam ou que acontecem na escola.

O acolhimento e a escuta qualificada são os passos mais importantes no primeiro contato com mulheres vítimas de violência. A mulher precisa ser ouvida sem julgamentos, sem moralização, sem culpabilização. O profissional deve explicar que a violência não é um problema individual, e sim social, que precisa ser enfrentado por diferentes setores da sociedade.

### Quais são os passos ao acessar a rede de proteção?

Cada serviço, órgão, equipamento público tem seu fluxo de atendimento que deve ser repassado para a mulher. Contudo, o fato de chegar até à rede é um passo importante, mesmo que a mulher ainda não consiga falar. Por isso o acolhimento é tão importante, para que ela consiga expressar o que a levou àquele local e, assim, o serviço pode atuar, garantindo seus direitos.

A rede de cuidado e proteção é composta por um conjunto amplo de órgãos, organizações da sociedade civil, equipamentos públicos e, principalmente, familiares e amigos próximos. Essa rede é fundamental para que a mulher encontre suporte e possa romper com o ciclo de violência.

✓ **Rede sociofamiliar:** são familiares e aqueles que convivem com as mulheres em diferentes espaços. Geralmente são os primeiros a observar e a identificar uma situação de violência. É muito importante que essas pessoas tenham ciência de que esse comportamento não é problema da mulher ou do casal.

✓ **Rede da sociedade civil:** Organizações da Sociedade Civil (ONGs), grupos e movimentos feministas e femininos que oferecem suporte com atuação direta nas comunidades e também no controle social (monitorando as instituições públicas) para que se efetivem as políticas públicas (programas, ações e políticas) para as mulheres.

✓ **Rede institucional (poder público):** formada por diferentes serviços, órgãos, equipamentos públicos. Oferta atendimento por meio de diferentes políticas: saúde, assistência social, justiça e segurança, entre outros. São serviços especializados, como os Centros de Referência da Mulher, os de saúde para atendimento aos casos de violência sexual e doméstica, as casas-abrigo, os núcleos da mulher nas defensorias públicas, os juizados de violência doméstica, as delegacias especializadas, entre outros.

Além disso, existem os serviços não especializados, mas que são portas abertas para as mulheres em situação de violência, como escolas, hospitais gerais, as Unidades Básicas de Saúde (UBS), as delegacias comuns, as polícias militar e federal, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), o Ministério Público, entre outros. Todos esses serviços podem e devem acolher vítimas de violência.

### Canais de denúncia:

**Ligue 190 – Emergência Polícia Militar:** utilizado em situações de crime quando potencial risco à vida ocorreu ou está em andamento, além de outras ocorrências que estão acontecendo naquele momento, como a violência doméstica.

**Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher:** a ligação é gratuita e o serviço funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana.

**Ligue 100 – Denúncia do Ministério dos Direitos Humanos:** para violência cometida contra crianças e adolescentes. Serviço anônimo, 24 horas por dia, todos os dias da semana, inclusive nos feriados. A denúncia ou o pedido de ajuda também podem ser realizados pelo [WhatsApp](#) do Disque 100, basta mandar uma mensagem para o número [\(61\) 99656-5008](#).

### Delegacia da Mulher:

Em casos de violência de gênero, procure a rede especializada em atendimento a mulheres vítimas de violência. Nesse caso, pode-se recorrer ao Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) ou à Delegacia da Mulher (DEAM).

Se for menor de idade, o jovem/adolescente deve procurar um adulto de confiança ou acionar a rede especializada, que pode ser a escola ou a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DERCCA).

Em caso de estupro, o primeiro passo é procurar um serviço de saúde para buscar orientação sobre prevenção de IST e gravidez indesejada (a profilaxia para prevenção de HIV e da gravidez precisa ser iniciada em até 72 horas após a violência), assim como assistência de saúde mental. Os procedimentos policiais podem ser realizados antes ou depois do atendimento na unidade de saúde.





# A ESCOLA COMO REDE DE PROTEÇÃO

## A escola e o fortalecimento da Rede de Proteção Social

Apesar das crescentes discussões sobre violência de gênero e do aumento de leis de proteção e mecanismos de prevenção e enfrentamento, a violência ainda é algo intrínseco e naturalizado na cultura brasileira, intensificada pela raça e classe social.

No Brasil, as mulheres e meninas negras são as que mais sofrem violência, incluindo feminicídio. A gravidez não intencional na adolescência também tem um impacto muito maior na vida das meninas negras no Brasil, incluindo na Bahia.

Foi somente em 2006, com a Lei n.º 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, que a violência contra a mulher deixou de ser chamada de crime passionai, que amortecia as penas dos homens que cometiam homicídios por terem supostamente agido sob fortes emoções. Com a Lei Maria da Penha, a violência contra a mulher passou a ser denominada violência doméstica, uma vez que a maioria dos casos ocorria no ambiente doméstico, muitas vezes cometida pelo parceiro ou ex-parceiro.

Qual o papel da Lei Maria da Penha nas escolas? A escola, desde então, assumiu um papel fundamental na prevenção à violência doméstica, tornando obrigatória a abordagem desse assunto nos currículos escolares, tanto das públicas como privadas. Por esse motivo, a Lei Maria da Penha se tornou uma referência global em leis de proteção às mulheres vítimas de violência. Um aspecto importante considerado pela lei, resultado das reivindicações dos movimentos sociais, especialmente o movimento feminista e negro, foi que ela não se limitasse ao caráter punitivo, uma vez que os agressores voltariam à convivência social. Portanto, era necessário promover a desconstrução de comportamentos violentos durante o período de reclusão e trabalhar na prevenção dessas violências na escola.

As atividades interdisciplinares na escola desempenham um papel importante para que as informações necessárias cheguem às mulheres, muitas vezes por

meio dos estudantes que, após uma breve reflexão, conseguem identificar pelo menos uma mulher vítima de violência. Além disso, os estudantes podem romper esse ciclo ao denunciar casos de violência nas escolas ou pelo canal de atendimento 180.

### A estruturação do Comitê de Empoderamento nas escolas

As escolas da Bahia terão o Comitê Multidisciplinar de Mobilização para o Empoderamento das Mulheres e Enfrentamento ao Machismo. Essa é uma das medidas estabelecidas na Portaria n.º 519/2022, publicada pela Secretaria da Educação do Estado, nesta quarta-feira (09/03/2022), no Diário Oficial do Estado, e que integra um conjunto de iniciativas adotadas pelo órgão para marcar o Dia Internacional da Mulher, celebrado no dia 8 de março.



## PARA SABER MAIS **Filmes**



### **O Silêncio das Inocentes (Ique Gazzola, 2010)**

Este documentário relata a vida e a história de mulheres vítimas de violência doméstica, incluindo a história de Maria da Penha, farmacêutica que deu nome à lei brasileira que pune os agressores de violência contra as mulheres.

*Onde assistir: YouTube*



### **Virou o jogo – A história de Pintadas (Marcelo Villanova, 2012)**

A história de mulheres que vivem no sertão baiano e enfrentam o machismo reinante, se organizando para enfrentar a realidade local, reivindicando seus direitos.

*Onde assistir: YouTube*



### **O Sorriso de Mona Lisa (Mike Newell, 2003)**

O filme conta a história de como a educação transformou a perspectiva de mulheres estudantes, que assumem seu protagonismo numa época em que tinham como destino traçado serem apenas esposas.

*Onde assistir: Amazon Vídeo, Google Play Movies, Microsoft Store, Apple TV*



### **Preciosa – Uma história de Esperança (Lee Daniels, 2009)**

Conta a história de uma adolescente de 16 anos que sofreu diversos abusos na infância e adolescência. Com a ajuda de uma professora, consegue mudar os rumos de sua vida, desenvolvendo habilidades que acreditava não ser mais capaz de desenvolver.

*Onde assistir: Prime Vídeo; Pluto TV*



### **Juno (Jason Reitman, 2007)**

Uma adolescente engravida de maneira inesperada de seu colega de classe. Com o apoio de seus pais ela pretende dar o filho para adoção quando nascer.

*Onde assistir: Amazon Prime Vídeo; HBO Max; Paramount+*

### **Lembre-se:**

**Em caso de violência sexual,  
doméstica ou familiar,**

**DENUNCIE!**

**LIGUE 180** ou **MANDE MENSAGEM** por  
WhatsApp para o número **61 99610-0180**

# me respeite! nas escolas

Realização:



Apoio:

